

SIMPÓSIO AT011

ORDEM DO DISCURSO E EDUCAÇÃO: SEXUALIDADE NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CAETANO FELIPE DA SILVA, Bruno.

IEL/Unicamp

brunocaetano@felipedasilva.com

Resumo: Em meados de 2014, durante a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que parametriza a educação a nível nacional pelo período de uma década, a ala retrógada da Câmara dos Deputados, fez circular a expressão “ideologia de gênero”. Tal força política, cunhada como “Bancada Evangélica”, expressa seu conservadorismo em ações contrárias aos avanços sociais tão necessários e urgentes à sociedade brasileira. Nos termos de um dos deputados mais afamados da bancada, o Deputado Federal Marco Feliciano (PSC), a ideologia de gênero seria, “uma construção social da imagem sobre o ser humano”. O objetivo deste trabalho é analisar alguns eventos dos últimos anos da política brasileira que afetam diretamente o Plano Nacional de Educação (PNE), para traçar uma pequena história da construção da sexualidade nos debates da educação. O corpus é constituído a partir de pronunciamentos públicos, projetos de leis, emendas constitucionais, arquivos sonoros que escrevem os trâmites em torno das discussões sobre o Plano Nacional de Educação no cenário político brasileiro, especialmente em 2014. Finalmente, a análise deverá reter-se na discussão sobre o termo “ideologia de gênero” – considerando que gênero não é uma ideologia – e suas interferências nas bases curriculares – a despeito de sua inconstitucionalidade – que são trazidas como materialidades discursivas neste trabalho. O ponto de partida é o pronunciamento público do Deputado Federal Luiz Fernando (PP) que se pronuncia contrario à implementação da palavra gênero no PNE pois este acredita que “na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador.”, se voltando para essa tal “essência do ser humano” e da “distinção clara” que encontramos no corpus e sua relação, no campo da análise de discurso, com o sentidos de gênero e o aparelho ideológico escolar.

Palavras-chave: Sexualidade, Gênero, Violência, Políticas educacionais, Política linguística.

Introdução

Intrigado pelo desaparecimento noturno dos termos “orientação sexual” e “diversidade de gênero” nos parâmetros curriculares no ano de 2017, venho trilhando um caminho de leitura nos documentos oficiais que parametrizam a educação brasileira como a tão discutida Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na busca desses materiais coletados de fontes diversas, foi no site da Câmara dos Deputados, na aba dos Arquivos Sonoros do dia 08/04/2014 que me deti e que proponho-me a análise. Mais precisamente no pronunciamento de certo deputado que comparecerá pela primeira vez às reuniões da comissão especial do Plano Nacional de Educação. Refiro-me ao deputado Luiz Fernando (PP), discurso rememorado pelo Pastor Marco Feliciano, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), em seu pronunciamento.

Este dia parecia ser mais uma sessão ordinária na Câmara e realmente o foi. Não foi o dia inicial das discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), nem houve um grande acontecimento – apesar dos protestos tímidos que tomaram os primeiros cinquenta e quatro minutos de sessão aos quais o único registro é um minuto e onze de microfones desligados na fala do Presidente da sessão Deputado Lelo Coimbra (PMDB) - nem mesmo a plena aprovação do PNE, mas o clima de polêmica se inscrevia na plenária. Uma série de incômodos me fez ser tomado por esse dia que, de certa forma deixariam sua marca quando, anos depois, se aprova a BNCC e na busca de reconstituir o desaparecimento de tais léxicos das leis e diretrizes da educação, percebo que falho e me escapa o real de sentido de “orientação sexual” e “diversidade de gênero”. Tais lacunas são constitutivas de meu corpus de análise.

Trabalhar a coletânea de material, o arquivo, como suporte de descrição de um acontecimento mobiliza problemáticas em diferentes planos, como proposto por Conein (2009).

O arquivo como suporte de descrição de acontecimentos se desdobra em diferentes planos heterogêneos:

- o plano da ação política, com duas posições de agentes dissimétrica: o agente enunciativo (o porta-voz) e o agente a quem é atribuída uma ação (o povo)

- o plano da descrição do acontecimento com duas descrições diversas: a descrição singular interna ao documento (processo verbal da ssembléia) e a descrição de eventos do historiador, que procede por homogeneização referencial das diferentes descrições documentais.

No plano de ação política, apresenta duas posições de agentes dissimétricas: o agente enunciativo (o porta-voz) e o agente a quem é atribuída uma ação (o povo). Tal figura também foi trabalhada por Courtine (2015) e Indursky (2013) nos quais me baseio para fazer análise de enunciados proferidos nesta seção.

O gesto analítico empreendido neste trabalho é a ruptura com a linearidade da sintaxe, assumindo que há sempre um não-dito no texto que fala em outro lugar, retomando assim a proposta de Pêcheux (2011) sobre a materialidade da língua na discursividade do arquivo, esta que “rasga o arquivo, o expõe ao não-um, à unidade dividida e ao equívoco constitutivo de qualquer acontecimento” (Barbosa Filho,2018). A análise deverá reter-se na figura do porta-voz.

Vejamos a sessão.

Às 11:53hr do horário de Brasília, o Presidente da Sessão, declara abertos os trabalhos, a Ordem do Dia prevê a continuação da discussão e votação do parecer do Relator. O senhor Presidente observa as condutas anteriores do Relator rememorando suas ações anteriores, sendo elas

rejeitou o art. 4º, do Senado Federal, para restabelecer o dispositivo correspondente do texto da Câmara; aprovou o inciso IV, do art. 5º do substitutivo do Senado Federal e rejeitou a Meta 7.36 do substitutivo do Senado.

Às 11:56:43hr , entra em cena o Relator. Ele irá apenas ler as alterações no texto, referente ao artigo 2º e reafirmar a sua decisão de acatar a “formulação originária da Câmara para o art. 2º”, contra o texto trazido pelo Senado, passando, então, a prevalecer para o parágrafo 1º das diretrizes do PNE o seguinte texto:

§ 1º. Erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

É sobre esse parágrafo, mais precisamente sobre o inciso III que se focará nossa discussão.

Às 14:39:55hr, assume a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano. Agora, com a posse da fala, ele irá com equilíbrio comentar o que pensa sobre Ideologia de Gênero, sem deixar de ponderar sobre as leis que regem a educação. Feliciano inicia se apresentando e contando sua própria experiência de escola. Em seguida comentada sua difícil experiência como aluno, profere seu parecer sobre os preconceitos no ambiente escolar “o preconceito tem que ser completamente arrancado, mas não se arranca um preconceito pregando um novo preconceito”. Para melhor ponderar seu ponto de vista sobre tal ambiente e tocado por certo assunto que se impõe à educação, Feliciano irá rememorar o pronunciamento do Deputado Luiz Fernando, para expor seus conhecimentos a cerca de “ideologia de gênero”. O deputado Luiz Fernando havia discursado, de maneira, arrojada e certa, sobre o tema afirmando-se categoricamente contra a inserção da “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação. Transcrevo:

Eu, particularmente Sr. Presidente, em razão desta ingerência, em razão do gênero no Plano Nacional de Educação e de a origem gênero tem um contexto absolutamente ideológico, marxista, eu não acredito que deva constar na nossa... (Manifestações no plenário.)

Mesmo apesar de seu claro posicionamento e conhecimento sobre a origem ideológica do termo gênero, este bom cristão e ilustre deputado, não tem “nenhum tipo de preconceito” e até divide seu gabinete com homossexuais.

Eu tenho uma clareza muito grande. Eu tenho homossexuais que trabalham na minha equipe. São nomeados e são assessores parlamentares da Câmara Federal, que trabalham comigo, dentro do meu gabinete.

Ora, destes excertos, que não me parecem nada claros, gostaria de ressaltar a ocorrência do nome clareza e do adjetivo claro duas pequenas palavrinhas que remetem ao ato de nomear aos homossexuais de sua equipe, e por ora, indicar a passividade do ato de ser nomeado, ou seja, de receber um nome, um substantivo, nesse caso, ligado à profissão que as significam. A articulação entre a origem clara e evidente do ser e uma característica inata aparece no corpus como o substantivo essência, e no advérbio essencialmente, no trecho a seguir transpomos uma das ocorrências:

Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador. Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.

Do enunciado extraído da fala do senhor Deputado, gostaria de propor algumas divisões do trecho para análise da expressão “essência do ser humano”.

LF₀ Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador.

LF₁ Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito na essência do ser humano
na distinção clara[▲]

LF_{1.1} existe uma distinção clara [▲], dada pelo criador.

acredito que, na	Essência(Imente)	<i>do ser humano</i>
porque esta é a		do que nós
não é a compreensão que		elas têm.
Processo educacional brasileiro, criado		numa sociedade cristã.
<i>do ser humano</i>	Distinção	clara, dada pelo criador.
Não há como se fazer uma		Diferente.

Chama-se a atenção para a ocorrência de “do ser humano” na conjuntura de produção de *essência* e *distinção*, indica-se que a construção de sentidos em torno de ambos os léxicos orbita em torno das possibilidades de articulação entre *essência* e *ser humano*, assim como de *distinção* e *ser humano*. O que venho buscando analisar é a forma de articulação entre o discurso proferido por Feliciano e seus efeitos de sentido causados ao rememorar o discurso de Luiz Fernando nessa seção do Plano Nacional de Educação que discute a redação final dessa lei tão importante para a educação brasileira.

Parece-me que é no implícito, escondido na linearidade da sintaxe, que se cria um possível nó discursivo, um local de memória que produz a evidência do sentido. Uma memória, antes de tudo, social. A ausência de um termo na oração que modifique o verbo, no sentido de localizá-lo em algum lugar específico é retomada na afirmação que existe uma distinção entre o ser humano, que poderia se dar no corpo, talvez em suas partes anatômicas. Nesse vazio que parece transparente no efeito de linearidade da sintaxe articula-se, no espaço de memória (Pechêux, 2007), possíveis sentidos de “distinção clara”.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O não-dizer do arquivo**. In: ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria; ISHIMOTO, Adonai Takeshi; DARÓZ, Elaine Pereira; GARCIA, Dantielli Assumpção. Resistirmos, a que será que se destina? São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. (pp. 477-498)

MATERIALIDADES discursivas. Organização de Bernard Conein. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 335 p. (A espessura da linguagem). ISBN 9788526813533 (broch.)

COURTINE, Jean-Jacques. **Descrever um acontecimento político**, In: Materialidades discursivas. Organização de Bernard Conein. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. 335 p. (A espessura da linguagem). ISBN 9788526813533 (broch.)

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade**. 19. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2009. nv. (Biblioteca de filosofia e historia das ciencias). ISBN 8570380100 (broch.).

PÊCHEUX, M. **Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa**. In: Pêcheux M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2º ed. Campinas: Pontes; 2011 [1984a]. pp. 141-150.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras falas**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 351 p., il. ISBN 9788526810310 (broch.).